

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

PALMAS

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	15
2.7. Políticas públicas.....	17
2.8. Cooperação regional.....	19
2.9. Monitoramento	20
2.10. Economia local	22
2.11. Capacidade empresarial.....	23
2.12. Aspectos sociais	25
2.13. Aspectos ambientais.....	27
2.14. Aspectos culturais.....	28
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE	31

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Palmas foi realizada entre os dias 3 e 7 de junho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

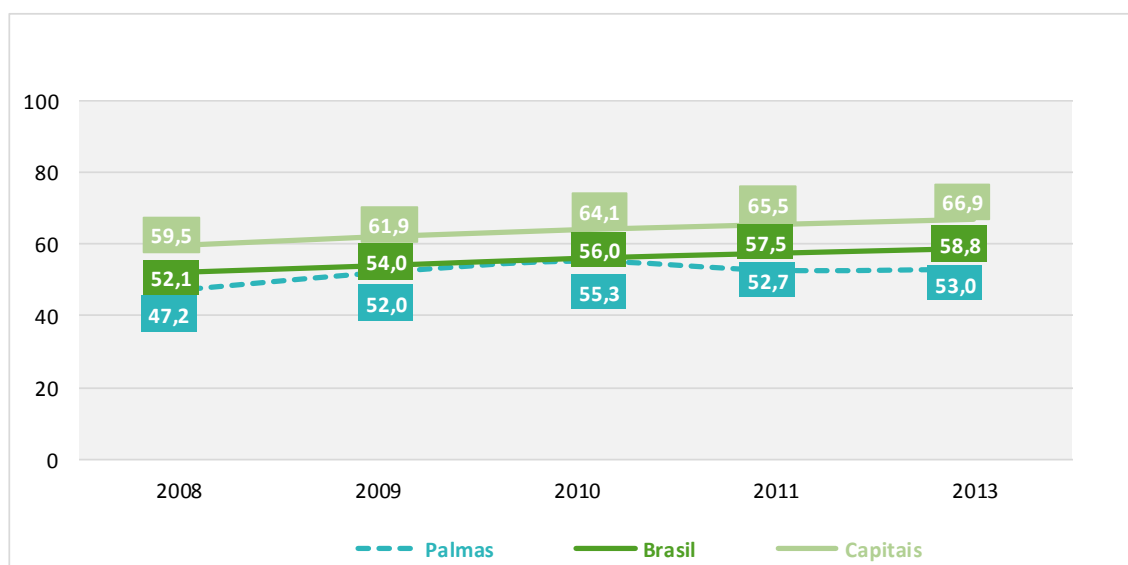
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 53,0 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou abaixo do índice obtido em 2011 (52,7):

Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013

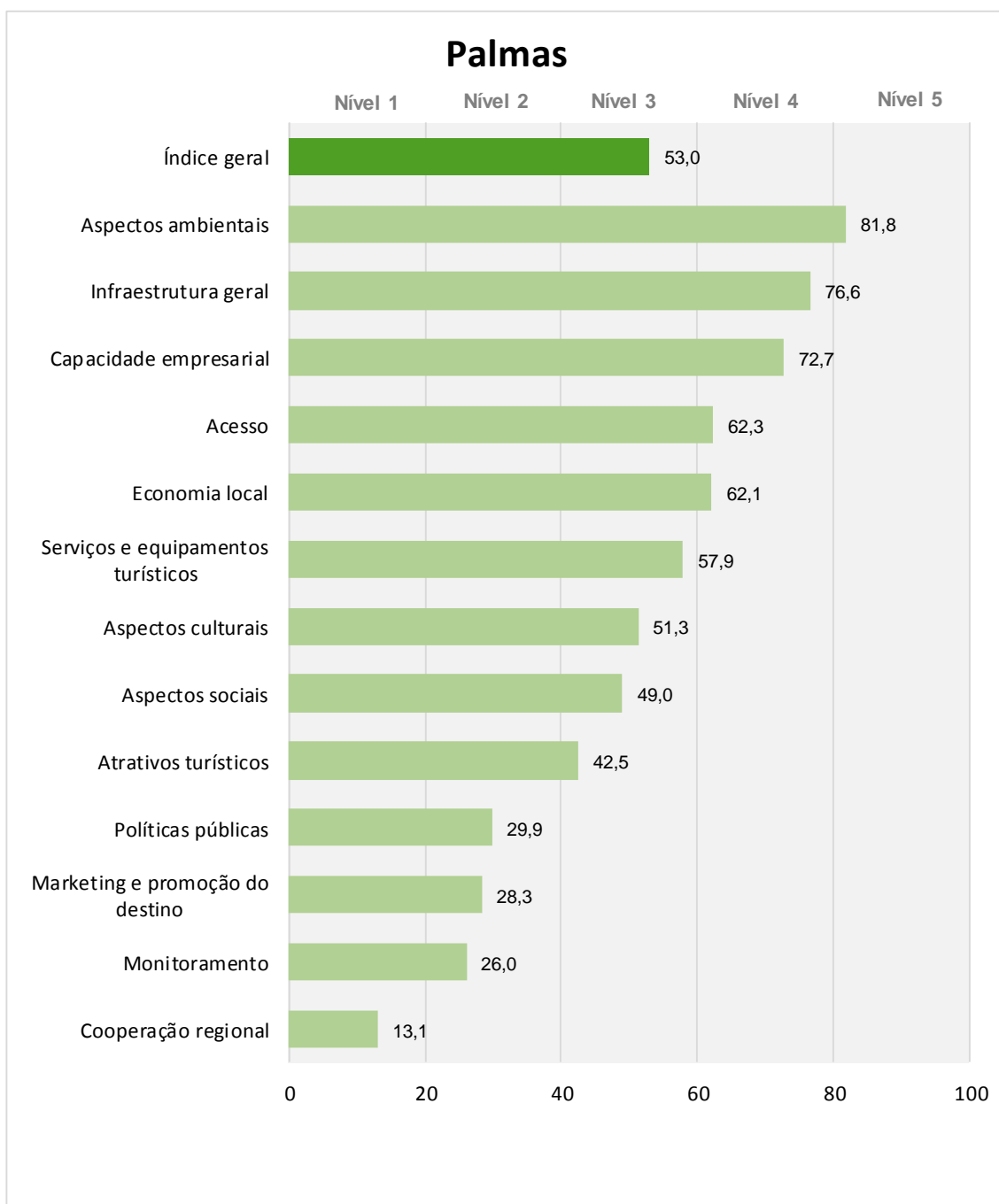


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos ambientais, Infraestrutura geral, Capacidade empresarial, Acesso e Economia local conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Cooperação regional, Monitoramento, Marketing e promoção do destino e políticas públicas, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

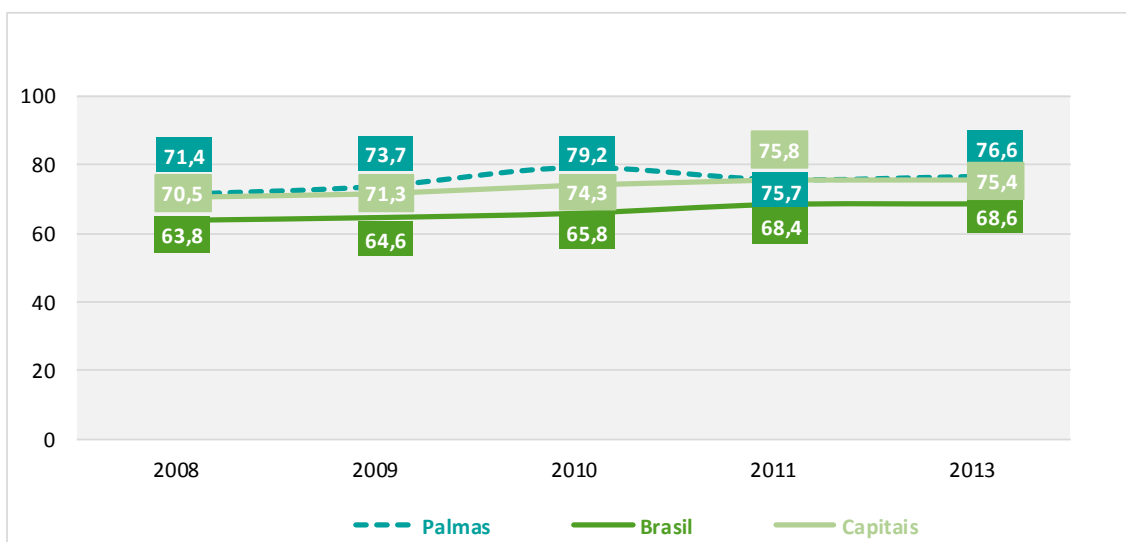


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Palmas registrou 76,6 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, estrutura para cirurgias de emergência e pequenas cirurgias, setor de transfusão e laboratório de análise;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino;

- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas; e
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana: Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Ausência de lixeiras, banheiros públicos, telefones públicos e iluminação no entorno das áreas turísticas; e
- A conservação urbana no entorno dos atrativos turísticos não é evidente.

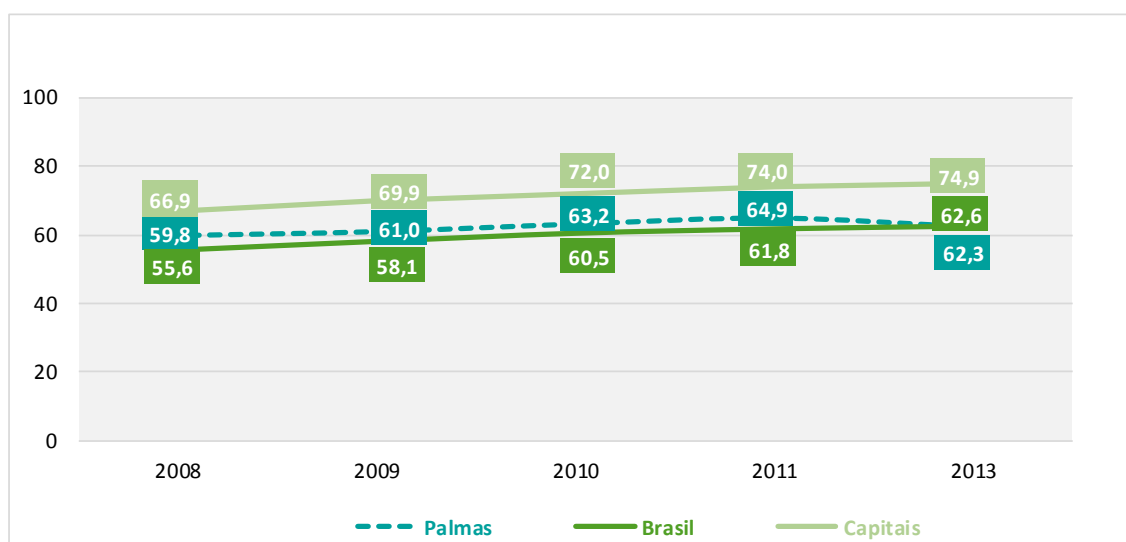
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 62,3 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal - Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, com centro de atendimento ao turista (CAT), lojas, lanchonetes e restaurantes, locadoras de veículos, táxi e serviço bancário;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo do destino – ônibus convencional, táxi convencional e especial, conforme visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário no destino com lojas, restaurantes e lanchonetes, serviço de táxi, serviço bancário e conforto dos assentos;
- Oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária – ônibus e táxi convencional;
- Ausência de congestionamentos no destino; e
- Disponibilidade de vagas públicas para estacionamento nas áreas turísticas;
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Carência de transportes públicos na rodoviária;

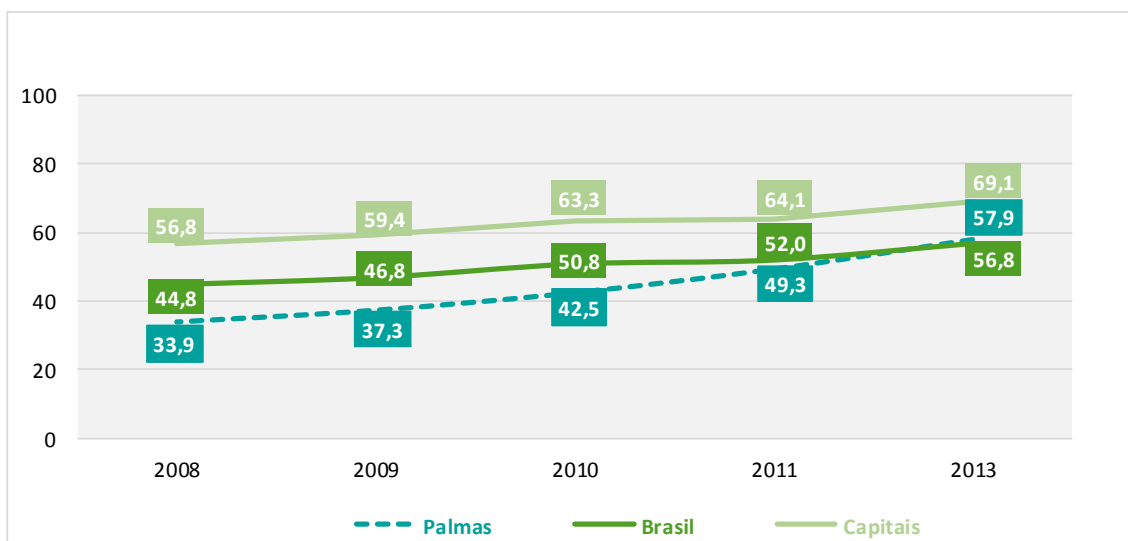
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Inexistência de linhas de transporte urbano que atendam às principais atrações turísticas; e
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissores de turistas internacionais.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 57,9 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões do Ministério do Turismo conservada e bem afixada;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa em parte dos atrativos;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino e que oferece diversos serviços, como contatos de operadoras, guias, agências, profissionais que fornecem informações sobre o destino e entorno e mapa informativo;
- Centro de convenções no destino – Centro de Convenções Parque do Povo - com transporte público;
- Oferta de espaços para a realização de eventos – espaços multifuncionais e salas modulares, pavilhões de feiras, parque de exposições e espaços em hotéis;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur;
- Existência de organização representativa de guias; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como guia de turismo, bares e restaurantes, hotelaria, organizadores de eventos.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

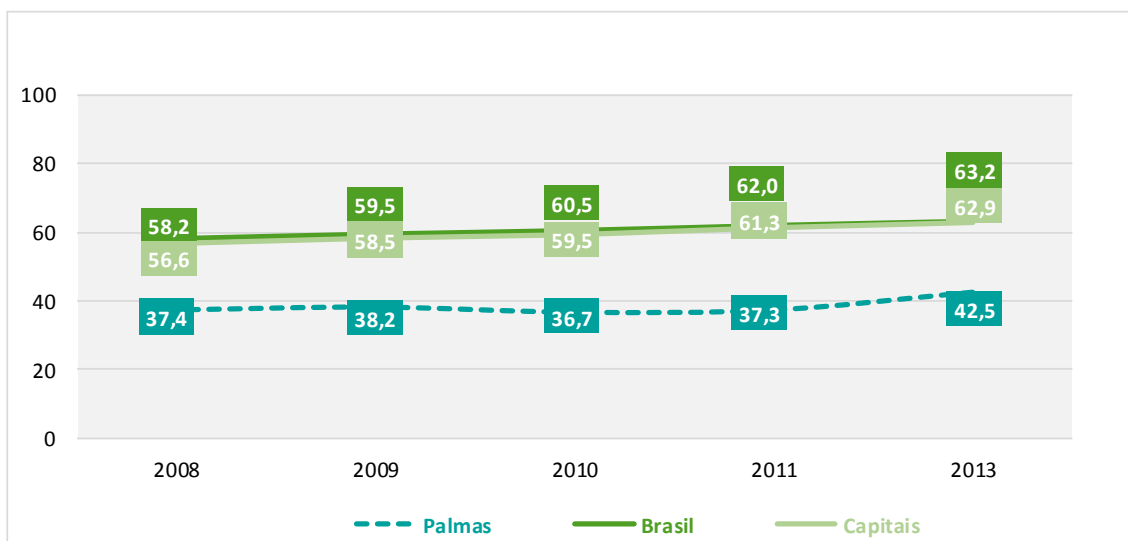
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Estrutura deficiente do centro de convenções;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; e
- Ausência de oferta local de cursos de graduação em áreas relacionadas ao turismo.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2011 foi de 63,2. O destino registrou 42,5 nessa dimensão em 2013, um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,9, acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Complexo do Lago (praias do Prata e da Graciosa), Polo Ecoturístico de Taquaruçu e Fazenda Ecológica;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Complexo da Praça dos Girassóis, Espaço Cultural e Palacinho da Cultura;
- Evidência de conservação urbanística do entorno do principal atrativo cultural indicado;

- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Agrotins, Feira Literária Flit e Arraiá da Capitar;
- O local onde acontece o principal evento programado indicado – nome do evento – conta com conservação urbanística e ambiental no seu entorno; e
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para o Centro Agrotecnológico de Palmas (Agrotins), principal atrativo indicado nesta categoria;

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

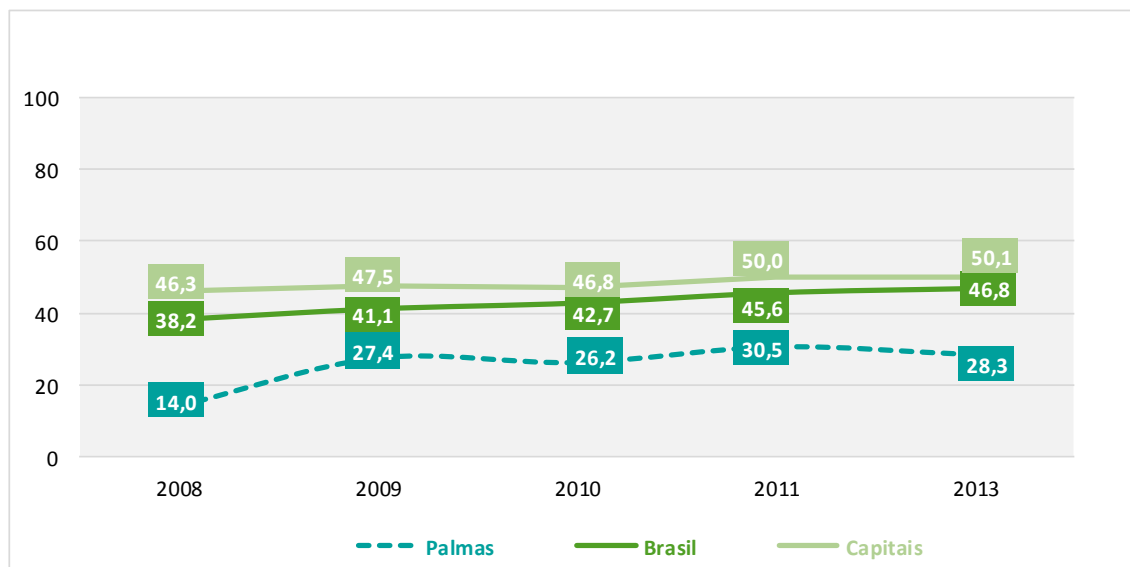
- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- Conservação do entorno do principal atrativo natural indicado e da estrutura disponível no local carecem de melhorias, por exemplo, barracas mal conservadas e sem padronização, falta de limpeza e sinalização para acesso;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga e de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural indicado;
- Ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado; e
- Não adoção de quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no Centro Agrotecnológico de Palmas (Agrotins).

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 28,3 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Há algum planejamento para o destino que contemple o marketing: Plano de Desenvolvimento Turístico de Palmas e Região Ecoturística do Parque do Lajeado;
- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de visitantes e de relacionamentos estabelecidos. Esta prática ocorre em eventos de turismo;
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro como folhetos sobre atrativos e mapas; e
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente *on line*.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

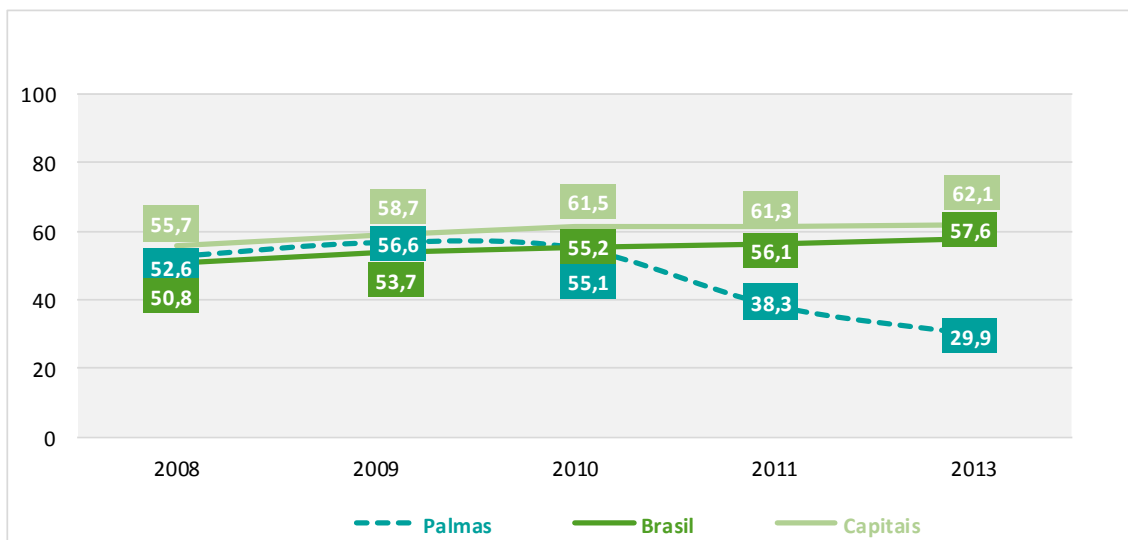
- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não participação em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), ações que ajudariam a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional e internacional;
- O destino não promoveu evento próprio para divulgar seus atrativos e equipamentos fora de seu território nos últimos cinco anos;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Inexistência de material promocional específico que apresente a estrutura disponível para eventos no destino;
- Ausência de informações turísticas na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço <http://portal.palmas.to.gov.br>; e
- Ausência de página promocional de turismo que forneça informações sobre o destino para o turista.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 29,9 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,1(nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal - Agência de Desenvolvimento Turístico – AGTUR - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo do turismo;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior; e
- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Ausência de projetos desenvolvidos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, no último ano;
- O Conselho Municipal de Turismo do destino está inativo;

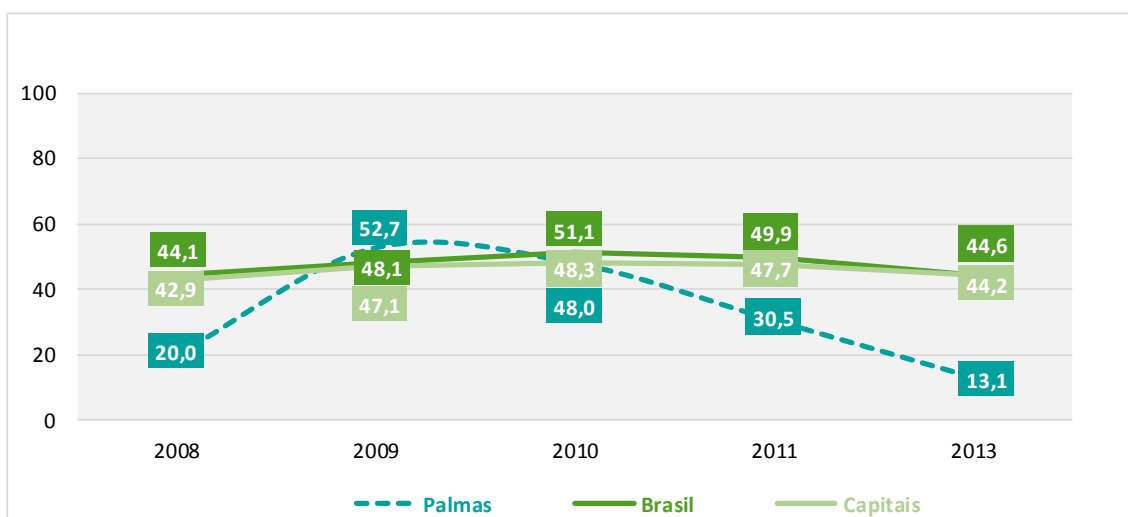
- Não recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visam ao desenvolvimento do turismo, no ano anterior;
- O Plano Diretor Municipal não contempla o turismo como parte do planejamento do município; e
- Palmas não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 13,1 nessa dimensão em 2013 (nível 1), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e/ou agências: Palmas e Jalapão, Palmas e Cantão, Palmas e Serras Gerais, Palmas e Ilha do Bananal;
- A elaboração dos roteiros regionais dos quais o destino faz parte considerou questões de sustentabilidade, como estudos de capacidade de carga dos atrativos com órgãos públicos e consultoria especializada; e
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística dos quais faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

- Ausência de instância de governança regional, responsável pela coordenação das ações de regionalização do turismo;
- Não realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Ausência de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos da região - Região das Serras e Lago;
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;
- Os roteiros regionais dos quais o destino faz parte não foram elaborados com base em informações de um inventário ou cadastro da oferta turística e não foram estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- Não houve ações promocionais voltadas para as operadoras e os agentes de turismo receptivo focadas na região durante eventos específicos, no ano anterior;
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*; e
- O destino não produz material promocional da região turística da qual faz parte.

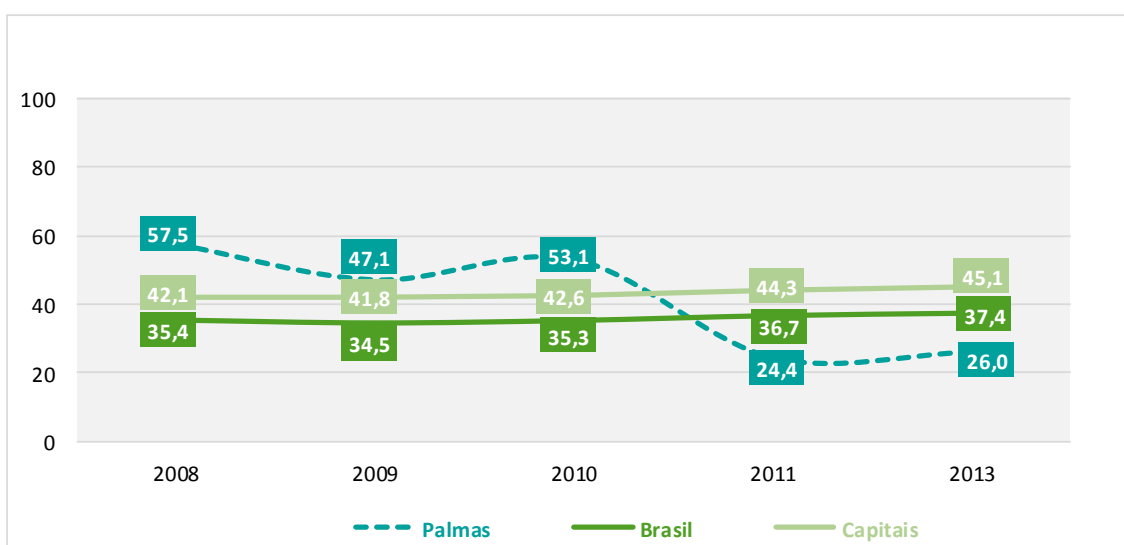
2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv)

medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 26,0 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de oferta – Inventário – feita em 2010 através da parceria da Agência Municipal de Turismo, a Fundação Assis Chateaubriand e o Instituto Federal do Tocantins (IFTO); e
- Monitoramento periódico dos impactos ambientais gerados pelo turismo, feito pela Secretaria de Meio Ambiente no polo ecoturístico de Taquaruçu e nas praias.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

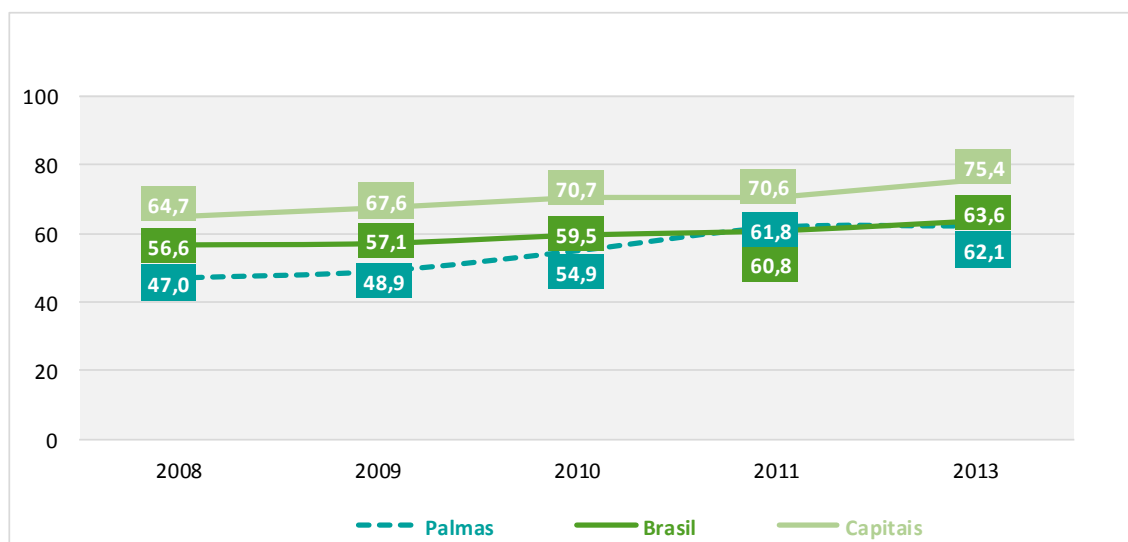
- Não realização de pesquisa de demanda periódica para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Não divulgação dos dados coletados na pesquisa de oferta tampouco o aproveitamento em planejamento;
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas e de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal;
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais gerados pelo turismo; e
- A administração pública local não possui um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 62,1 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco da Amazônia (BASA); e
- Atuação de um Convention & Visitors Bureau exclusivo do destino – Palmas Convention & Visitors Bureau.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

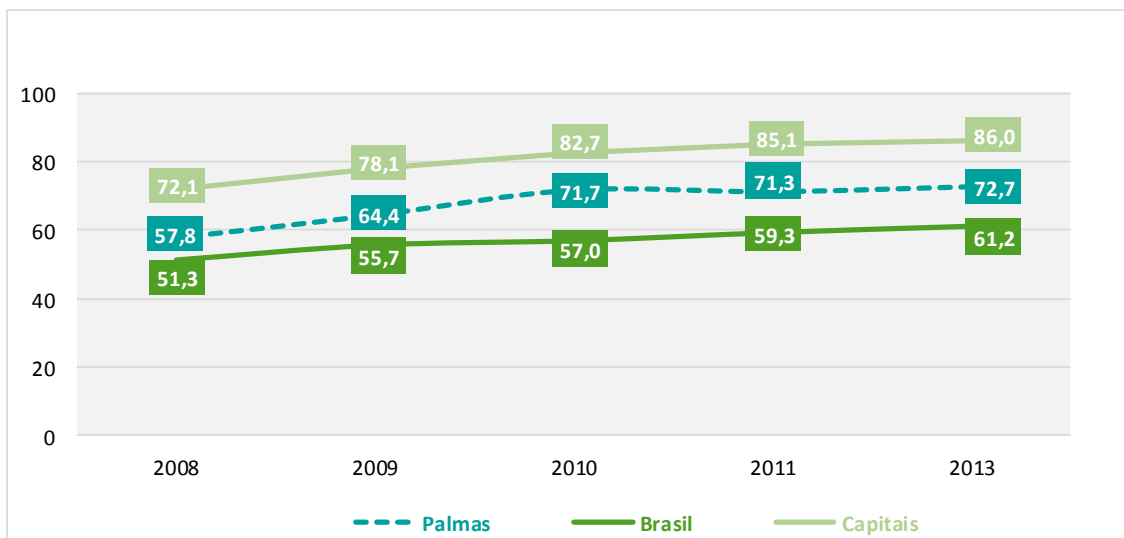
- Ausência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços;
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo; e
- Inexistência de um polo de produção/negócios capaz de movimentar a economia local e, conseqüentemente, alavancar o fluxo turístico receptivo.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 72,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de supervisão e operação técnica em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados; e
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

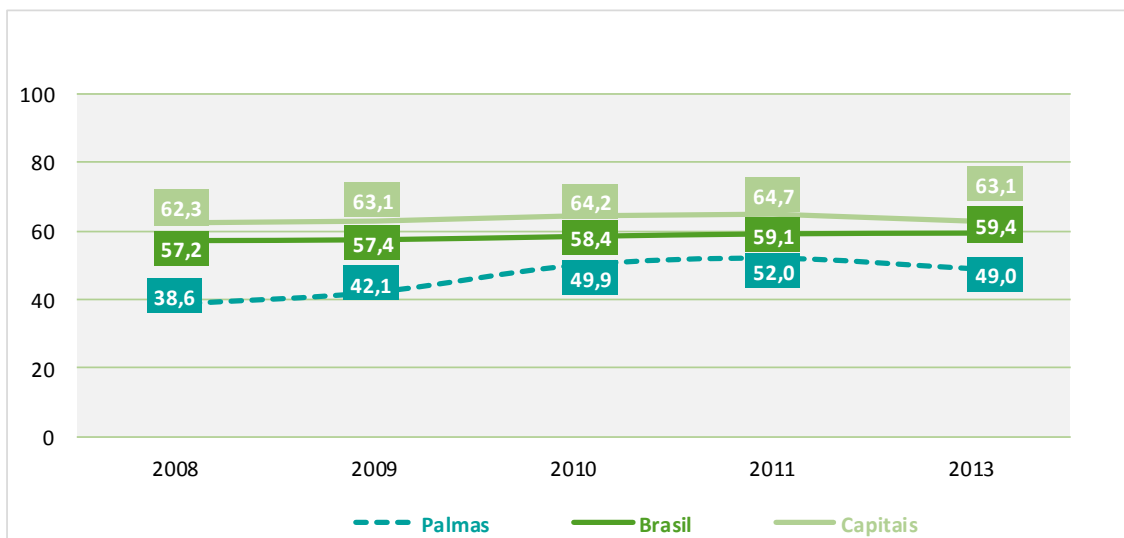
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em hotelaria e carência de pessoal local qualificado para trabalhar operação básica e serviços gerais em hotelaria;
- Ausência de grupos de redes nacionais ou internacionais de meios de hospedagem;
- Inexistência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentem o empreendedorismo como arranjos produtivos locais;
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de regularização fundiária, falta de incentivos fiscais e dificuldades para obtenção de licenciamento ambiental; e
- Inexistência de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 49,0 (nível 3) nessa dimensão em 2013, índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- A população local utiliza os atrativos naturais e culturais do destino.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
- Ausência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local;

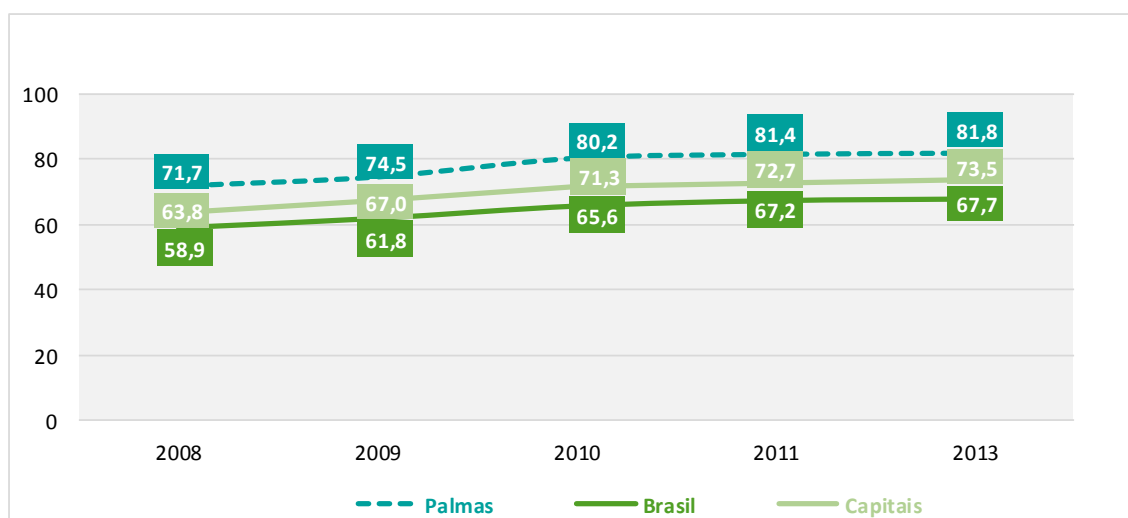
- Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, tanto positivos quanto negativos;
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e para o respeito à cultura e ao patrimônio;
- A população não é consultada sobre atividades ou projetos turísticos, seja por meio do conselho municipal de turismo; e
- Não envolvimento da comunidade com o desenvolvimento da atividade turística, por meio de associações de moradores, sindicatos, ONGs/OSCIPs, cooperativas ou outras organizações.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 81,8 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- Existência de um Código Ambiental Municipal ou similar;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta e tratamento de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal - Parque Estadual do Lajeado -, com conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

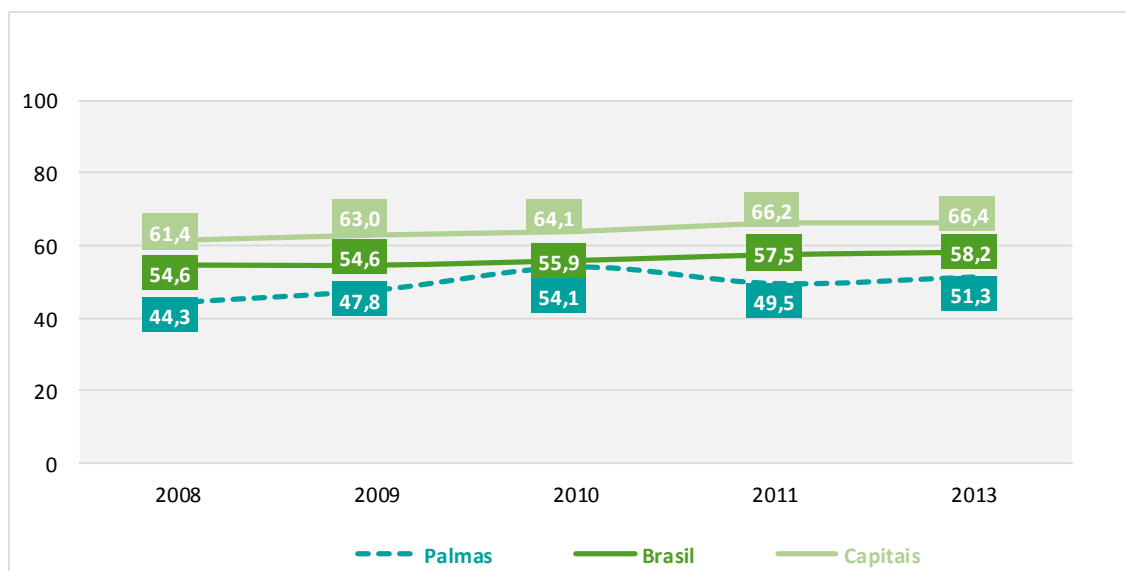
- Existência de ações judiciais públicas contra a vigência do Código Ambiental Municipal;
- Presença de atividade potencialmente poluidora, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como retirada fluvial de areia;
- O sistema público de coleta de esgoto não adota configuração de separador absoluto; e
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 51,3 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – a base de capim dourado, bonecos de Jatobá, artesanato de palha de babaçu e buriti, boneco;
- Manifestações religiosas no destino – Festejo do Divino, Festa de São José, Adorai;
- Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional: grupos de Quadrilhas, queima dos tambores e bonecos gigantes de Taquaruçu;
- Existência de patrimônio imaterial registrado – Ofício de fazer as bonecas carajás;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico: Palacinho (estado) Museu Casa Sussuapara (município), Museu Casa Vitor (município), Conjunto Arquitetônico da Praça Joaquim Maracaípe (município), cruzeiro de Palmas (município);

- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais;
- Existência de legislação municipal de cultura e fundo municipal de cultura, este último exclusivo e efetivo; e
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de tradições culturais evidentes, e comunidade tradicional;
- Ausência de patrimônio artístico;
- Inexistência de uma política de preservação de bens culturais imateriais;
- O destino não conta com projeto de implementação de turismo cultural; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Palmas, é possível concluir que, em 2013, houve estabilidade do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e capitais

Dimensões	Brasil			Capitais			Palmas		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	64,1	65,5	66,9	55,3	52,7	53,0
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	74,3	75,8	75,4	79,2	75,7	76,6
Acesso	60,5	61,8	62,6	72,0	74,0	74,9	63,2	64,9	62,3
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	63,3	64,1	69,1	42,5	49,3	57,9
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	59,5	61,3	62,9	36,7	37,3	42,5
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	46,8	50,0	50,1	26,2	30,5	28,3
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	61,5	61,3	62,1	55,1	38,3	29,9
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	48,3	47,7	44,2	48,0	30,5	13,1
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	42,6	44,3	45,1	53,1	24,4	26,0
Economia local	59,5	60,8	63,6	70,7	70,6	75,4	54,9	61,8	62,1
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	82,7	85,1	86,0	71,7	71,3	72,7
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	64,2	64,7	63,1	49,9	52,0	49,0
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	71,3	72,7	73,5	80,2	81,4	81,8
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	64,1	66,2	66,4	54,1	49,5	51,3

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.